

# T-LIGA ESPECIAL

BOLETEM INFORMATIVO DO INDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA LUANDA NO GRANDE DO SUL. # BOLETEM ESPECIAL 2019

## QUAL CANDIDATO(A) À PRESIDÊNCIA DO TRT4 ESTÁ PREPARADO(A) PARA DEFENDER A JT E OUVIR OS(AS) SERVIDORES(AS)?



“A democratização das relações de trabalho e do próprio Judiciário já tarda.”

LEIA MAIS NA PÁGINA 02

É com esta pergunta que o Sintrajufe/RS quer intervir nas eleições que acontecerão no dia 4 de outubro para a Presidência do TRT4 referente ao biênio 2020-2021, indicando o que pensam os servidores e os servidores. Embora seja uma demanda histórica, a categoria continua sem direito a voto, motivo pelo qual o Sintrajufe/RS realiza,

até o dia 2 de outubro, às 23h59min, consulta paralela online para que as colegas e os colegas da Justiça do Trabalho possam manifestar sua preferência. A democratização das relações de trabalho e do próprio Judiciário já tarda. Dos três poderes, aquele no qual trabalhamos é o mais fechado. Não escuta seus trabalhadores e trabalha-

ras e muito menos a população. A magistratura, se realmente quer defender o Judiciário Trabalhista e enfrentar a emenda constitucional (EC) 95/2016, está chamada a abrir, o quanto antes, o processo de democratização desse Poder. De nossa parte, há urgência e disposição.

## SINTRAJUFES/RS ENTREVISTA CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO TRT4

São duas candidatas e dois candidatos a presidente do tribunal, apresentados aqui em ordem alfabética: Carmen Izabel Centena Gonzalez, João Pedro Silvestrin; Maria da Graça Centeno; Ricardo Carvalho Fraga. O Sintrajufe/RS realizou entrevistas presenciais com os quatro desembargadores, apresentando exatamente as mesmas perguntas, direcionadas a pautas de interesse direto da categoria. Foi dado igual tempo para respostas. A entrevista pode ser conferida nas páginas 3 a 6.

## CATEGORIA PODE VOTAR EM CONSULTA PARALELA DO SINDICATO ATÉ O DIA 2 DE OUTUBRO

▶ No dia 11 de setembro, em assembleia de base, as colegas e os colegas da Justiça do Trabalho aprovaram a realização de uma consulta paralela, na área de acesso restrito do site, para que a categoria possa opinar sobre as candidaturas apresentadas. A consulta entrou no ar no dia 27 de setembro, e segue aberta até o dia 2 de outubro, às 23h59.

▶ Para votar, basta clicar em “acesso restrito” no canto superior direito da página do Sintrajufe/RS ([sintrajufe.org.br](http://sintrajufe.org.br)) e informar CPF e senha. Se ainda não possuir a senha, informe o CPF para receber a senha enviada por e-mail cadastrado junto ao sindicato. Caso continue com problema, envie mensagem para [ouvidoria@sintrajufe.org.br](mailto:ouvidoria@sintrajufe.org.br). Essa consulta é exclusiva para sindicalizadas e sindicalizados da Justiça do Trabalho do Estado.



## CONHEÇA O PROCESSO DA ELEIÇÃO

▶ Entre os dias 23 e 25 de setembro, as candidaturas foram submetidas a consulta não vinculativa junto à magistratura de 1º e 2º graus da 4ª Região. Os votos de membros da 2ª instância tiveram peso maior, equivalente à divisão do número

de juízes e juízas do Trabalho titulares e substitutos pelo número de desembargadores que estavam na ativa 30 dias antes da consulta. A eleição do tribunal, em que apenas os desembargadores e desembargadoras votam, acontece em 4 de outubro.

Na mesma data, serão escolhidos o corregedor e o vice-corregedor do próximo período, cargos não contemplados na consulta prévia. A posse dos eletos ocorrerá em 13 de dezembro, no plenário.

Expediente - T-Liga Especial - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União no RS (Sintrajufe/RS)  
 Direção Colegiada: Adriane Carvalho Becker, Alessandra Pereira de Andrade, Alexandre Fernandes Magalhães, Ana Natara Malavolta Saupp, Anderson Eduardo dos Santos Mangini, Arlene da Silva Barcellos, Cláudia Ribeiro Camargo, Cristina Viana dos Santos, Diego da Silva Correa, Edson Moraes Borewski, Fabrício Dias Loguerio, Felipe da Silva Brázelem, Itho Roque Madruga Sabadine, José Carlos Pinto de Oliveira, Luciana Krumenauer Silva, Mara Rejane Weber, Marcelo Machado Carlini, Marcia Angélica Coelho, Mario Augusto Silva Marques, Maria de Borja Kafruni, Paulo Ricardo de Oliveira, Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin, Ramiro Santana Mareno López, Reginaldo Costa Lahrting, Rogério Martino Otero Avila, Rosney Mattos Alves, Sérgio Amorim dos Santos, Walter Oliveira - Edição: Rosane Vargas - Revisão: Alexandre Haubrich e Rosane Vargas - Apoio: Daniel Borges  
 Projeto gráfico e diagramação: Veraz Comunicação  
 Impressão: VT Propaganda  
 Tiragem: 1.100 exemplares.  
 Rua Marechal Deodoro, 660 - Montevideo - Porto Alegre - RS - CEP 90130-000 - Fone: 51 3235-1977 - E-mail: [impressao@sintrajufe.org.br](mailto:impressao@sintrajufe.org.br)



## AS REESTRUTURAÇÕES E OUTROS CORTES ORÇAMENTÁRIOS TÊM UMA RELAÇÃO DIRETA COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016. RECENTEMENTE, POR EXEMPLO, O PRESIDENTE DO TST ANUNCIOU PELA IMPRENSA O CORTE DE 20% DOS TERCEIRIZADOS E UMA REFORMA ADMINISTRATIVA, COM REDUÇÃO DA ESTRUTURA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SE ELEITO(A) PRESIDENTE, DE QUE FORMA O(A) SENHOR(A) PRETENDE ENFRENTAR ESSA SITUAÇÃO? ESTÁ EM PERSPECTIVA INTEGRAR O MOVIMENTO PELA REVOGAÇÃO DA EC 95?

### Carmen Izabel Centena Gonzalez

“De fato, a emenda 95 de 2016 trouxe uma dificuldade para todo o Poder Judiciário. Nós recebemos suplementação nos últimos três anos. A partir de 2020, a perspectiva é o valor do orçamento de 2016, menos 25%, acrescido do IPCA. Com esses valores, se não houver alteração, nós teremos plenas condições de atender à Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. Vale dizer: as despesas obrigatórias, aluguel, luz, água, terceirizados, seguradoras, os nossos vencimentos, tanto de magistrados quanto de servidores. Não vejo dificuldade. Claro que é possível que haja outros cortes. Se isso acontecer, teria que pensar como que eu vou reorganizar isso. Eu vejo com muita dificuldade a revogação de uma emenda constitucional no

atual cenário político. O que eu pretendo fazer? Enviar todos os esforços, junto com os demais poderes da República - Legislativo, Executivo - e também com a imprensa, para que nos conheçam melhor, para que venham para a nossa casa. Eu acho que nós temos que sair do casulo, que as pessoas possam, a sociedade, os cidadãos, saber mais o que nós fazemos, que trabalho nós prestamos, os servidores, os magistrados. E, a partir disso, nos conhecendo melhor, tentar uma suplementação de verba, caso a gente tenha necessidade. Mas a questão, basicamente, é o custo. Não vamos sonhar. Uma emenda constitucional... Não vai dar. Mas é possível a gente trabalhar em conjunto pra isso ser minimizado.

### João Pedro Silvestrin

“Primeiro, relativamente à emenda 95, a gente sabe a dificuldade de se conseguir reverter. Se nós estivéssemos em um momento econômico um pouco mais produtivo, em um movimento crescente, talvez se teria uma oportunidade maior de se conseguir essa alternativa de alterar esse teto. Agora, quanto às medidas a serem implantadas relativamente à questão do orçamento, eu penso que deve ser conversado com todos os atores da Justiça do Trabalho: juízes, servidores... Verificando a efetiva necessidade daquilo que nós temos e daquilo que podemos ter. Talvez a gente até tenha que, por exemplo, dividir uma coqueta, dois gabinetes, ou dividir com duas varas. Ou não ter todos os dias. Isso é uma coisa ruim para nós, mas, se tiver que ser implementado, tem que

ser implementado com o aval de todos. Nós vamos ter um coletor muito curto em relação a servidores, e eu diria também que se aposentarem todos os magistrados que estão em condição de se aposentar, nós vamos ficar com um quadro reduzido em torno de 22% nos dois pontos, tanto na questão de servidores quanto na questão de magistrados. Só para se ter uma ideia, nós temos hoje 16% do quadro da área administrativa. O número de quadros não preenchidos será maior do que o total dos colegas que nós temos na área administrativa. É um momento bem complexo e tem que ser dividido por todos o ônus e possíveis bônus que porventura se tenham e encontrar alternativas para superar essa dificuldade.

### Maria da Graça Centeno

“Eu entendo que, como somos um Poder Judiciário de nível federal, a nossa atuação tem que ser nacional. Então se houver um movimento nacional do Colepccor, do TST, do CSJT, do CNJ nesse sentido, de trabalhar com a revogação da emenda, obviamente a 4ª Região está imbuída nesse objetivo. De forma isolada não vejo sentido nenhum, qualquer perspectiva de êxito nessa revogação. Como eu pretendo encerrar o orçamento? Com muita parcimônia, porque, pelas informações que eu possuo, o orçamento dá para o ano que vem, desde que as despesas sejam as mais comuns e usuais, nada de despesas extraordinárias. Então eu trabalho com o cumprimento de metas, nós temos um plano estratégico em nível nacional, do CNJ e do CSJT, e existe um plano estratégico regional, do nosso tribunal. Com metas de execução do orçamento. Quero cumprir essa meta de execução total do orçamento, com parcimônia, cuidado, considerando que a maior parte do orçamento é comprometida com o pagamento de folha e mais vantagens, e em torno de 5% para todo o resto. A minha atuação será em conjunto com o CSJT, porque o CSJT realmente é quem tem a

capacidade de nos ajudar, se for necessária alguma ajuda, e pretendo atuar juntamente com o sindicato, com a OAB, com a Amatra, com todas as entidades que forem necessárias para conversar com quem for competente para, de alguma forma, auxiliar em termos orçamentários. Mas será com muita cautela, com muita prudência. No ano que vem, já vamos ter que trabalhar com 2021; 2020 já está praticamente comprometido, não se pode nomear ninguém... Tanto que eu falei, em determinada oportunidade, que nós não temos mais médico no nosso serviço médico... Aventura a hipótese de conversar com algum presidente de outro regional de maneira a permitir uma cessão de um médico, seria uma saída para evitar ficarmos sem serviço médico - pegando apenas um exemplo - já que não podemos nomear. A minha linha vai ser essa, de conversação e muito diálogo com o Colepccor, o diretor-geral também participar muito do CSJT, seguir os Diretores-Gerais, para que haja uma linha de atuação em sintonia com a nacional.

### Ricardo Carvalho Fraga

“A emenda constitucional 95 trouxe uma série de dificuldades para diversos órgãos públicos. No Judiciário também, no Judiciário Trabalhista, mais ainda. Pretendamos debater o tema junto às instituições da Justiça do Trabalho, notadamente o Colepccor, o Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho. Já fui a três reuniões na atual gestão. É uma instância bastante importante. Outras instâncias também devem ter a atenção nossa para debater o tema. Nós

temos aqui o Fidejuz, Fórum Institucional de Defesa da Justiça do Trabalho, que congrega servidores, também, e é outro local bastante importante. Além disso, contato direto com as autoridades do Tribunal Superior do Trabalho e associações de juízes que se interessam pelo tema. É urgente se pensar em uma revisão, em um restudo dessa emenda constitucional 95.

## O PLENO DO TRT4 APROVOU UMA REESTRUTURAÇÃO SEM DIÁLOGO COM OS SERVIDORES. TAMBÉM ESTÁ EM CURSO UM MAPEAMENTO DA JT, NOVAMENTE SEM A PARTICIPAÇÃO DA CATEGORIA. O SINDICATO DEFENDE O SOBRESTAMENTO DA RETIRADA DE FUNÇÕES E A PARTICIPAÇÃO NO DEBATE DE MAPEAMENTO DA ESTRUTURA DO TRT4. NAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS, EM ESPECIAL AS QUE AFETAM DIRETAMENTE OS SERVIDORES, O(A) SENHOR(A) VAI ABRIR ESPAÇO PARA QUE ESTES SEJAM OUVIDOS?

### Carmen Izabel Centena Gonzalez

“Eu participei de dois debates durante a campanha eleitoral. E a minha primeira aposta é não no diálogo e em uma gestão efetivamente compartilhada. Ou seja, eu considero que nenhum tema deve entrar em pauta sem que antes seja discutido com aqueles que vão sofrer o impacto. Sejam magistrados, sejam servidores, nós podemos, sim, e devemos fazer grupos de estudo. Devem participar desde magistrados e servidores, ser discutido com quem vai sofrer o impacto daquilo e depois decidir; óbvio, não tem outra solução. Se nós

teremos cortes e se não tivermos como repor servidores... Veja bem, hoje o quadro é 10% a menos, quase 300 servidores a menos. Como nós vamos fazer? Se não tiver consenso, se não temos por conta da emenda 95, neste momento, e é o cenário que nós temos, temos que trabalhar com ele. Então eu proponho que a gente pense em melhorar o trabalho remoto, priorizar o teletrabalho, fazer, talvez, junção de setores... Não sei, nós temos muitas possibilidades. Agora, nada sem a discussão prévia com servidores e magistrados.

### João Pedro Silvestrin

“Eu sempre penso que o servidor tem que se manifestar. Tanto que na questão da própria consulta para a eleição, na comissão que organizou a consulta, eu era integrante e pensei e levei a proposta de que os servidores também votassem, porque eles também fazem parte do corpo de todos os que serão administrados. É óbvio que essas alterações implicam mudanças na vida dos servidores. Mas também tem algumas alternativas. O Pje permite que o colega de uma vara atue em outra sem ter que se deslocar com a sua família,

com todos esses ônus. Mas isso também tem que ser conversado. Tem que ver a disponibilidade do servidor. Eu gosto de fazer o diálogo. A forma como está sendo implementada essa reestruturação poderia gerar que os gabinetes ou alguns setores tenham os cortes, mas não tenham as pessoas para ocupar os cargos. É muito importante é ter as pessoas do que os próprios cargos, o que poderá ocorrer agora com a questão dos gabinetes dos desembargadores, com a FCS que foi criada.

### Maria da Graça Centeno

“Vou abrir espaço. Inclusive nessa última alteração de funções eu fiquei vencida, porque eu não concordei com essa alteração. Na verdade, eu acho uma FCS para os funcionários já existentes nos gabinetes, sem movimentação. Teríamos que estudar uma questão de orçamento para as funções. Mas, de qualquer forma, tudo

o que implique a movimentação de funcionários, temos que ouvir os funcionários, primeiramente. Então, sim, temos que dialogar com as partes diretamente envolvidas. Não teremos alguma decisão sem ouvir.

### Ricardo Carvalho Fraga

“Eu sou o atual vice-presidente, eu não concordo com essa afirmativa de crítica à atual gestão. Eu continuo vice-presidente até mais alguns dias. Não concordo com essa afirmativa de que haja falta de diálogo. Concordo com outro tipo de visão, que espero que o sindicato participe

disso, que é a constatação maior possível de debate com participação de todos, inclusive porque é o que nos aponta a resolução 221 do Conselho Nacional de Justiça, que é um debate e uma vida do Judiciário, que tem que haver a participação também dos servidores.

## A REFORMA TRABALHISTA, AO CONTRÁRIO DO QUE FOI PROMETIDO, NÃO SÓ NÃO GEROU EMPREGOS COMO AUMENTO O GRAU DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO. COMO O ACESSO AO JUDICIÁRIO TRABALHISTA FOI DIFICULTADO, O NÚMERO DE AÇÕES CAIU. QUE INICIATIVAS O(A) SENHOR(A) TEM EM MENTE PARA DEFENDER A JUSTIÇA DO TRABALHO?

### Carmen Izabel Centena Gonzalez

“Eu acho que a defesa da Justiça do Trabalho não deve ser feita, como se fosse, toda a exclusão da instituição. A instituição precisa tomar a frente, junto com as associações, tanto se magistrados quanto de servidores, quanto dos outros ramos do Poder Judiciário. Nós precisamos que a Justiça Federal comum, que a Justiça Estadual, que os Poderes Legislativo e Executivo nos conheçam e saibam -

volto para a primeira pergunta - quem somos, o que fazemos de ações... eu acho que já está tendo um pouquinho de acréscimo, pelo que se tem visto nas varas, diante das declarações de inconstitucionalidade que o nosso Pleno fez na questão dos honorários, na questão das custas judiciais. Mas isso ainda é um sinal muito pequeno, de um único estado. Tem que ser torcer para o Supremo Tribunal Federal examinar aquelas ações de inconstitucionalidade desses artigos, que se manifeste e dê uma sinalização mais precisa para a sociedade.

### João Pedro Silvestrin

“Para defender a Justiça do Trabalho, o primeiro ponto é ocupar todos os espaços, todas as oportunidades que nós são ofertadas e fazer a defesa. Todos nós temos que fazer, em qualquer local, mesmo, às vezes, dentro da nossa própria família, nós temos pessoas que falam mal da nossa própria instituição. Então começa por aí, já, uma pequena defesa. Hoje a Justiça do Trabalho empregado-empregador é uma relação difícil. Eu passei nos dissídios coletivos no período em que fiquei na Vice-Presidência, a gente vê o quanto é difícil, mas a gente também encontra soluções extremamente

redes sociais para as pessoas sabermos como ajuntar ações. Eu verifico que tem muitas notícias de decisões, mas não aquele passo inicial de como ajuntar a ação. Isso eu acho importante, focar aquela fase inicial.

### Maria da Graça Centeno

“Como eu já disse, eu acho que em toda matéria administrativa têm que participar, de alguma forma, os funcionários, porque são os objetos dessas demandas de reestruturação; eu acho que tem que descentralizar um pouquinho do Órgão Especial. Um avanço democrático e concreto seria aquele pleito que eu ouvi de participar de uma votação que seja de indicação para a administração. Mesmo que não vinculativa, mas tem que ouvir os funcionários. Inclusive quando tiver essa votação no Pleno eu fui uma das poucas juízas que

ficaram vencidas, porque não foi permitido naquela oportunidade. Se não é vinculativa, por que não ouvir? Já mais um elemento para quem é votante ter a percepção. Nós temos mais ou menos 3 mil funcionários - agora tem um pouco menos por causa das aposentadorias. É um número expressivo, e nós dependemos do Conselho Nacional de Justiça. Então é necessário, sim, ouvir. A consulta eu acho que é importante, uma consulta não vinculativa.

### Ricardo Carvalho Fraga

“Apontei antes a resolução 221, do Conselho Nacional de Justiça. Ela indica o caminho da participação, como dito antes. É necessária para a própria continuidade da instituição uma participação ativa de

juízes, de servidores, de todos os que estão envolvidos no nosso dia a dia da instituição.

## O QUE PODEMOS ESPERAR DE SUA GESTÃO, SE ELEITO(A), NA RELAÇÃO COM OS(AS) SERVIDORES(AS) E NA PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA DA CATEGORIA EM PROCESSOS QUE DIZEM RESPEITO À DEMOCRATIZAÇÃO DA JT E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO?

### Carmen Izabel Centena Gonzalez

“Eu penso que o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é, de fato, pioneiro. Nós temos muitos grupos de trabalho, muitos núcleos, muitas comissões, onde os servidores já participam, e

muitos deles não só por indicação, por eleição. Um exemplo é no Conselho da Escola Judicial. Eu pretendo aprimorar essa forma de participação.

### João Pedro Silvestrin

“Eu, na medida do possível, vou tentar não só me aproximar mais dos servidores, mas também valorizar mais os servidores. Eu sempre penso que não é só o magistrado que faz o trabalho, os servidores têm uma força muito importante nisso. O primeiro atendimento que é feito na Justiça do Trabalho a um empregado que tenha alguma dificuldade e vá numa vara perguntar alguma coisa, ele vai perguntar para a autoridade, não vai perguntar para um magistrado. Então, se vai ter a oportunidade de ver o magistrado no momento da audiência. O servidor é a nossa porta de visita, ele atende ao telefone. Se ele está bem-humorado ou mal-humorado, é

uma sinalização que ele está dando para a sociedade. Tem uma série de coisas até pequenas que poderão nos ajudar na defesa da Justiça do Trabalho, valorizando não só o servidor, como o terceirizado, também. Na verdade, quando a gente chega ao tribunal, a primeira pessoa que nos recebe na porta, lá embaixo, é um terceirizado, é um vigilante de uma empresa terceirizada. E depois é que vai passar pelos seguranças de ver o nosso cartão de visita, a primeira recepção, quem vai dar o primeiro sorriso para quem chega aqui é um terceirizado. Por incrível que pareça, ainda é assim.

### Maria da Graça Centeno

“Como eu já disse, eu acho que em toda matéria administrativa têm que participar, de alguma forma, os funcionários, porque são os objetos dessas demandas de reestruturação; eu acho que tem que descentralizar um pouquinho do Órgão Especial. Um avanço democrático e concreto seria aquele pleito que eu ouvi de participar de uma votação que seja de indicação para a administração. Mesmo que não vinculativa, mas tem que ouvir os funcionários. Inclusive quando tiver essa votação no Pleno eu fui uma das poucas juízas que

ficaram vencidas, porque não foi permitido naquela oportunidade. Se não é vinculativa, por que não ouvir? Já mais um elemento para quem é votante ter a percepção. Nós temos mais ou menos 3 mil funcionários - agora tem um pouco menos por causa das aposentadorias. É um número expressivo, e nós dependemos do Conselho Nacional de Justiça. Então é necessário, sim, ouvir. A consulta eu acho que é importante, uma consulta não vinculativa.

### Ricardo Carvalho Fraga

“Apontei antes a resolução 221, do Conselho Nacional de Justiça. Ela indica o caminho da participação, como dito antes. É necessária para a própria continuidade da instituição uma participação ativa de

juízes, de servidores, de todos os que estão envolvidos no nosso dia a dia da instituição.